INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 03/05 A 07/05



Sistema CNDL



CENÁRIO

A semana começa com a expectativa de apresentação do relatório da Reforma Tributária, prevista para esta terça-feira. A apresentação pública de um prazo pelo presidente da Câmara não teria sido bem recebida pelo relator, Aguinaldo Ribeiro, que também discorda da posição do ministério da economia, do presidente da câmara e do líder do Governo pelo fatiamento. Ribeiro defende que seja feita uma reforma ampla de uma vez, já o governo quer a unificação de PIS/Cofins na CBS como primeiro passo, apontando que não impede a reforma ampla.

O Congresso Nacional tem sessão para deliberação de vetos agendada para terça-feira, entre eles está veto n. 11 que trata do Governo Digital e as assinaturas eletrônicas no Poder Judiciário, também deverá ser deliberado o PLN 4/2021, enviado pelo governo após a sanção do orçamento deste ano, com cortes e realocação de recursos na ordem de 19 bilhões.

O plenário do Senado Federal deverá se reunir na quarta e quinta-feira, mas ainda não publicou a pauta de votações desta semana. Já nas comissões, a CPI da Pandemia segue como destaque, e nesta semana ouvirá os ex-ministros da saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, na terça-feira, e Eduardo Pazuello na quarta-feira. Além disso, estava previsto que o atual ministro, Marcelo Queiroga, e o presidente da ANVISA, Antônio Barra Torres, seriam ouvidos nesta quinta pelo colegiado, porém a reunião não foi oficialmente convocada até o momento.

Na Câmara dos Deputados, a pauta conta com projetos remanescentes das últimas semanas e dois destaques que retornam à pauta: o PL 3515/2015, que trata do superendividamento dos consumidores e vem tentando ser votado desde o fim de 2020 em plenário, e o PL 2462/1991, que visa substituir a Lei de Segurança Nacional por uma Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.



A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS) se reunirá na manhã desta quarta-feira, para deliberação da pauta prioritária.

PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

TERÇA-FEIRA (04)

16h - Destinada à deliberação dos Vetos nºs 35 de 2020, 4, 5 e 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de 2021, e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4 de 2021.

VET 11/2021 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 317, de 2021 (nº 7.843/2017, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017".
Autor: Presidência da República
Posicionamento: A Favor do Veto (Pela Manutenção)

PLN 4/2021 - que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 19.767.619.840,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Autor: Da Vitoria - CIDADANIA (ES)
Posicionamento: A Favor

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (03)

14h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - AUDIÊNCIA PÚBLICA



A CCJC inicia a semana retomando o ciclo de Audiências Públicas que está promovendo sobre a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa).

TERÇA-FEIRA (04)

9h - Comissão de Fiscalização, Finanças e Controle (CFFC)

A Comissão de Fiscalização, Finanças e Controle realiza, nesta terça-feira, no plenário 11 da Câmara dos Deputados, audiência pública com o ministro da Economia Paulo Guedes.
A audiência pública é para prestação de esclarecimentos sobre as distorções “bilionárias” em dados de Previdência do Governo apontadas pelos Técnicos do Tribunal de Contas da União – TCU.

9h30 - Comissão De Trabalho, Administração E Serviço Público E Energia (CTASP)

PL 450/2015 - Institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de 14 de dezembro de 2006, na forma que especifica.
Autor: Júlio Delgado (PSB-MG)
Relator: Mauro Nazif (PSB-RO)
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 8303/2017 - Suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
Autor: André Figueiredo (PDT-CE)
Relatora: Flávia Morais (PDT-GO)
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto de Lei.

PL 3083/2019 - Altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa.
Autor: Marcos Pereira (PRB-SP)
Relator: Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE)
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 4579/2009 - do Sr. Dr. Pinotti - que "altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para ampliar o prazo máximo do estágio para três anos e para tornar obrigatória a concessão de auxílio-alimentação ao estagiário pela empresa concedente". (Apensados: PL 5094/2009, PL 5262/2009 (Apensado: PL 4273/2012), PL 4443/2012, PL 4598/2012 e PL 4813/2012)
RELATOR: Deputado LUCAS GONZALEZ.
PARECER: pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.813/12, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 2317/2020 - do Sr. André Figueiredo - que "dispõe que a decretação da falência determina a rescisão do
contrato de trabalho, permitindo ao trabalhador movimentar sua conta vinculada no Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e requerer o seguro-desemprego de imediato". Explicação: Altera as Leis nº 7.998, de1990;
8.036, de1990 e 11.101, 2005.
RELATOR: Deputado PAULO RAMOS.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 7804/2014 - Do dep. Pedro Paulo (MDB/RJ), que institui a Lei de Dados Abertos, estabelecendo o Comitê Gestor de Dados Público junto ao Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do Manual de Dados Abertos da

Administração Pública e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados abertos e de interfaces de aplicações web de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.
Relator: Dep. Kim Kataguiri (DEM/SP)
Parecer: pela aprovação da matéria e dos PLs 11.118/2018, 68/2019, 624/2019 e 4.796/2019.
Posicionamento: favorável.

15h - Comissão Mista – Reforma Tributária
Finalidade: Apresentação do Relatório.

QUARTA-FEIRA (05)

9h - Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática (CCTCI)

REQ 44/2021 - Do dep. Nilto Tatto (PT/SP) que requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir o PL 8195/2017, que "cria o Cadastro Nacional para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, mensagens instantâneas e dá outras providências".
Posicionamento: Acompanhamento

9h - Comissão De Finanças e Tributação (CFT)

PL 1648/2007 - do Sena do Senado Federal - Paulo Paim - (PLS 126/2006) - que "altera a Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo do Serviço, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.
Orientação: A Favor do projeto; A Favor do Parecer



PL 462/2015 - do Sr. Padre João - que "acrescenta parágrafo ao artigo 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990". Explicação: Destina percentual de recursos provenientes de multas ao empregador para investimento em equipamento e modernização de setores de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.
RELATOR: Deputado FELIPE RIGONI.
PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.
Orientação: A Favor do Parecer

PL 5736/2019 - Do sen. José Serra (PSDB/SP), que altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para prever a realização de procedimento de cobrança previamente à inscrição do débito em dívida ativa.
Orientação: Acompanhamento.

13h – Comissão DES. Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)

PLP 452/2017 - Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a dedução de despesas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte com patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.
Autor: Flaviano Melo (PMDB-AC)
Relator: Helder Salomão (PT-ES)
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 6003/2019 - Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências", para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividad

atividade por, no mínimo, 3 (três) anos.
Autor: Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)
Relator: Geninho Zuliani (DEM-SP)
Posicionamento: Contrário ao Projeto. O Parecer é menos prejudicial, mas ainda acarreta insegurança ao empreendedor.

PL 448/2019 - Regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual.
Autor: Igor Timo (PODE-MG)
Relator: Alexis Fonteyne (NOVO-SP)
Posicionamento: Favoráveis ao Parecer e Contrários ao Projeto de Lei

PL 4393/2020 - Altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para criar benefícios para as empresas que contratem planos privados de assistência à saúde para seus empregados.
Autor: Osires Damaso (PSC-TO)
Relator: Otto Alencar Filho (PSD-BA)
Posicionamento: Contra o Parecer / Favoráveis ao Projeto

13h - Comissão De Segurança Pública E Combate Ao Crime Organizado (CSPCCO)

PL 3154/2015 - Dispõe Sobre Vigilantes Nas Áreas De Estacionamento De Estabelecimentos Comerciais.
Autor: Cleber Verde (PRB-MA)
Relator: Lincoln Portela (PL-MG)
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Contra o Parecer; Contra o Projeto

14h – Plenário da Câmara dos Deputados



PL 1558/2021 - que “Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. “
Autor: Marçal Filho (PMDB-MS)
Relatora: Marina Santos
Posicionamento: Contra

PL 3515/2015 - que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e o art. 96 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. “
Autor: do Senado Federal - José Sarney(PMDB-AP)
Posicionamento: A Favor e pela manutenção do parágrafo único do artigo 54-C do relatório que trata do parcelado lojista.

QUINTA-FEIRA (06)

10h - Comissão De Defesa Do Consumidor (CDC)

REQ 18/2021 - do Sr. Jorge Braz - (PL 11068/2018) - que "requer a realização de reunião de audiência pública para debater o Projeto de lei nº 11.068/2018 que estabelece que a oferta e a afixação de preços de bens e serviços para o consumidor também deverá ser feita em braile".
Posicionamento: A Favor

PAUTA DO SENADO FEDERAL

QUARTA-FEIRA (05)

16h - O Senado Federal deverá se reunir para sessões deliberativas na quarta e quinta-feira às 16 horas. A pauta ainda não foi publicada.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 03/05 A 07/05





AGENDA LEGISLATIVA

ALEPE. PL 2041/2021 (Cartório) - Dispõe sobre Centrais Eletrônicas dos Serviços Notariais e de Registro no âmbito do Estado de Pernambuco.

Situação: Aprovado em segunda discussão, aguarda envio ao Executivo.

ALEPE. PL 1885/2021 (Agências de atendimento) - Altera a Lei que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, a fim de assegurar o direito ao atendimento prioritário, célere e sigiloso, em instituições financeiras, para as vítimas de violência doméstica e familiar.

Situação: Aprovado parecer favorável na Comissão de Adm. Pública com substitutivo.

ALETO. PL 360/2021 (Telemarketing - bloqueio - Cobrança) - Altera a Lei nº 3.377, de 26 de julho de 2018, que institui o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências.

Situação: Aprovado parecer favorável com substitutivo na CCJ; Designada como relatora Valderez Castelo Branco (PP), na Comissão de Defesa do Consumidor, a relatora em questão é a presidente da Comissão.



AGENDA LEGISLATIVA

CLDF. PL 1204/2020 - Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados em razão da epidemia do coronavírus (COVID19).

Situação: Protocolado requerimento para prejudicialidade da matéria na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, aguarda deferimento.

ALPB. PL 2242/2020 - (Sac - chamada de vídeo para surdos) - Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas centrais de atendimento telefônico, serviço de atendimento ao cliente (SAC) e congêneres aderirem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas surdas, no âmbito do estado da Paraíba.

Situação: Recebeu apensamento retroativo na CCJ do PL 2247/2020.

ALPB. PL 2734/2021 (Suspensão de negativação - empréstimo consignado) - Dispõe sobre a proteção ao consumidor em caso de inadimplemento involuntário em razão do cumprimento de legislação estadual.

Situação: Aprovado em discussão única, aguarda envio ao Executivo.



AGENDA LEGISLATIVA

ALESP. PL 241/2021 (Suspende negativação / covid-19) - Proíbe a inclusão do nome de consumidores nos cadastros e serviços de proteção ao crédito, no período de calamidade pública em face da pandemia de Covid-19.

Situação: Encaminhado à CCJ, aguarda designação de relatoria. https://bit.ly/3e0Yutm

CLDF. PLC 37/2020 (Suspensão da negativação / covid-19) - que dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no âmbito do Distrito Federal.

Situação**:** Pautado no Plenário - 04/05 às 15h, como Item 39, para discussão única do veto total.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

